

O GOVERNO E AS REFORMAS

Ao contrário daquilo que muitos expressam, este Governo não é reformista.

Um Governo reformista tem um programa bem definido, estruturado, que assente no rigor e responsabilidade, executando-o com o apoio das pessoas.

A economia, a Justiça ou a educação, só têm razão de ser pelas e com as pessoas.

Ora este Governo apresentou-se ao eleitorado com propostas eleitoralistas que rapidamente abandonou, demonstrando dessa forma simples o vazio do seu programa. Posteriormente, com a complacência e o beneplácito da Comunicação Social, avançou com um discurso que a máquina de propaganda apresentou como de salvação nacional.

É sob esta capa de salvador e reformista, que se esconde a falta de uma política séria e estruturante para o desenvolvimento sustentado e real do país.

A verdade é que este Governo não consegue desenvolver políticas que criem mais emprego, antes aumenta o desemprego; não consegue atrair os investidores, antes afasta-os; não consegue controlar a despesa pública, preferindo ao invés cortar nos direitos sociais dos trabalhadores e criar mais empresas públicas, para empregar as clientelas partidárias.

É por isso que este Governo só é reformista aos olhos daqueles que tendo obrigação de fazer algo, sentem encontrado o argumento para nada fazer.

A JUSTIÇA

A política que este Governo tem desenvolvido no sector da Justiça é prova disso: desmotiva os que trabalham; cerceia direitos fundamentais em nome de uma política de contenção que não se vislumbra; mantém uma postura autista e decide por estados de alma, colocando em crise até direitos fundamentais dos cidadãos.

O discurso do Senhor Presidente da República ao não definir nem balizar os objectivos mínimos para a Justiça, veio aumentar as preocupações dos profissionais do foro que sabem ser o actual Ministro, um dos mais leves, politicamente, no Governo.

Ora este facto, a que acresce a exigência de ter de se fazer algo, levará seguramente a mais autismo e decisões assentes em estudos, feitos na sua maioria, sob a perspectiva de quem os encomenda e, dos seus estados de alma.

No contexto actual temos obrigação de exigir ao Governo e à tutela, responsabilidade, verdade e uma política séria, que não se limite a colocar em crise os direitos das pessoas.

OS OFICIAIS DE JUSTIÇA

Iniciamos 2007 com as expectativas elevadas por força dos concursos para Escrivães de Direito e Técnicos Principais. Mas é necessário observar que continua a não existir formação e que isso terá seguramente reflexos no futuro.

A formação deveria ser contínua e não mera acção de cosmética para que Bruxelas e Lisboa, disponibilizem mais verbas.

Mas se as expectativas são elevadas em termos individuais, no colectivo não podemos descurar que as previsíveis alterações ao Estatuto, podem conduzir a classe dos Oficiais de Justiça, a um patamar que a descaracteriza em termos funcionais, podendo até condicionar o normal exercício da profissão.

Igualmente preocupante é que as alterações ao Mapa Judiciário possam ser feitas sem uma discussão séria no seio dos operadores judiciários. Mais, entendemos que deve existir posteriormente, uma verdadeira discussão pública.

Finalmente é importante dizer, que o que está em causa merece uma reflexão séria e a compreensão clara, do que é ser-se Oficial de Justiça.

Este é um Sindicato que vai continuar a pugnar pela diferença e pelo reconhecimento da especificidade do trabalho dos Oficiais de Justiça. Também por isso, é importante apoiar o SOJ.